



Presidente p.2

PSD, um "partido aberto"



PSD p.7

"Maioria das esquerdas" será responsável pelo futuro da Autoeuropa

POVO LIVRE



nº 1997

10 de janeiro de 2018

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, nº9, 1249-087 LISBOA
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>



Parlamento deve promover debate esclarecedor

Pedro Passos Coelho abordou a questão do financiamento partidário em Viseu

SÁBADO, VOTE
NA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE
Votação decorre entre 14h00 e as 20h00

diretas
2018

PSD, um “partido aberto”



Na apresentação de um livro feito por militantes do PSD e independentes, intitulado “Portugal não pode parar”, na sala Sophia, do Centro Cultural de Belém, dia 4, Pedro Passos Coelho falou da história do PSD, de política e em “duas condições” para os políticos serem “bem-sucedidos”. Uma delas, disse, é “ter a humildade que não se sabe tudo”, que é impossível “antecipar tudo” porque “o futuro não está escrito”. A segunda das condições é, “além da humildade”, ter a “capacidade de ir aprendendo com o que acontece”, com o que se passa no país e no mundo, concluiu.

O PSD é um partido que “não procura fechar a realidade e meter a sociedade dentro do seu programa e dos seus objetivos ideológicos”, afirmou.

Para Passos Coelho, há uma “vantagem comparativa de abertura à sociedade civil” de um partido que “se consolidou ao longo dos anos contra o poder absoluto do Estado, contra as nacionalizações, a coletivização da economia e da sociedade”.

Aos dois candidatos, Rui Rio e Pedro Passos Coelho, declarou ainda que, do trabalho de um ano e meio deste grupo, que resultou na publicação do livro, podem “extrair contributos” para “juntar futuro ao PSD” e à sociedade portuguesa.

E acabou a desejar as “melhores felicidades” na disputa pela liderança do PSD, apelando que o vencedor dê “sentido de futuro” ao país.

No final da sessão, cantou-se “A Portuguesa”, o hino nacional.





Financiamento dos partidos

Parlamento deve promover debate esclarecedor



Pedro Passos Coelho reafirma que o parlamento deve aproveitar o veto do Presidente da República à lei do financiamento dos partidos para promover uma discussão esclarecedora e alargada da matéria. “Foi um processo que foi discutido e acompanhado durante praticamente um ano, quer por dois líderes parlamentares, pelo Dr. Luís Montenegro, e agora pelo Dr. Hugo Soares, e também por mim e pela Comissão Permanente, e pelo secretário-geral. É uma matéria que foi interpretada de forma bastante polémica, mereceu da parte do Presidente da República a devolução da lei ao parlamento, e é importante que o parlamento não desperdice a oportunidade

de explicitar quais eram as intenções que existiam com a aprovação desta lei, o que é que ela visa resolver, e que beneficie de um debate mais alargado, necessário para que não haja dúvidas sobre o que é que se pretende com a lei”, expressou Pedro Passos Coelho, após a inauguração da nova sede distrital do PSD de Viseu, domingo, 7 de janeiro de 2018.

Pedro Passos Coelho observa que a intenção do PSD era boa. “O facto de os partidos terem procurado, através de um grupo de trabalho informal, aproximar as suas posições, talvez tenha contribuído para que não tivesse

havido uma perceção tão clara do que é que estava em jogo. Independentemente da nossa intenção ter sido boa, que era boa seguramente, admito que não fomos tão felizes quanto desejámos nessa matéria”.

“O método de trabalho que foi escolhido não é invulgar e não visa ter nenhum tipo de secretismo. Uma coisa é os partidos, a propósito desta como de muitas outras matérias, terem grupos de trabalho que procuram no fundo aproximar a posição dos partidos, e isso não indicia nada de negativo, o que teria sido negativo era se tivesse havido alguma intenção de ocultar no trabalho parlamentar as discussões e a matéria que foi submetida depois a discussão, e isso não aconteceu. A Comissão Parlamentar que criou este método de trabalho, de aproximação e posições, quando recebeu o resultado desse trabalho, analisou-o e discutiu-o e foi na sequência disso que o remeteu às direções dos grupos parlamentares, para que fosse agendado para discussão global”, acrescentou.

O líder do PSD considera que ninguém “tem que se sentir ofendido por as pessoas quererem uma discussão mais aprofundada sobre esta matéria. Deve-se aproveitar essa oportunidade agora para fazer essa discussão.”

Pedro Passos Coelho afirma que será o novo líder do PSD a decidir a posição dos sociais-democratas sobre a lei do financiamento. “O PSD vai dentro de dias escolher um novo líder, o que significa que pode beneficiar também da avaliação que os novos órgãos nacionais venham a fazer desta matéria, ainda para mais qualquer um dos candidatos à minha sucessão já se pronunciou publicamente sobre esta matéria, exprimindo até dúvidas e

discordâncias. Nada como esperar que uma nova liderança possa também, com as mãos completamente livres, equacionar esta matéria e dar orientações ao grupo parlamentar. Até aqui fui eu que acompanhei esta matéria, com os dois líderes parlamentares, e agradeço a ambos o empenhamento que mostraram a lidar esta questão, mas uma vez que a lei foi devolvida ao Parlamento e que eu estou de saída, devemos democraticamente aguardar por essa eleição”, disse.

O Presidente da República vetou dia 02 de janeiro, as alterações à lei do financiamento dos partidos.

“Instituições são parceiras da política de preocupação social”

“O Estado não deve olhar para estas instituições [do terceiro setor] como se olha para um competidor ou concorrente”, assinalou Pedro Passos Coelho, no sábado, 06 de janeiro, em Coimbra. “Pelo contrário, as instituições têm de ser encaradas pelo Estado como parceiras da sua política de preocupação social”, disse.



Passos Coelho congratulou-se com a iniciativa do PSD Coimbra em realizar, “simbolicamente no Dia de Reis, um almoço numa instituição” como a Casa dos Pobres. “O facto de ter havido polémicas, envolvendo uma eventual má gestão por parte de instituições ligadas ao setor social, torna ainda mais importante esta decisão”, explicou. “Devemos evitar as generalizações que ouvimos no debate público”, acrescentou, salientando a importância de “favorecer as boas práticas, penalizar e censurar as más”.

O líder do PSD recorda que “o Estado só há muito pouco tempo é que assumiu objetivos previdenciais, de políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades sociais”. Referiu-se, assim, ao papel desenvolvido pela sociedade civil e, concretamente, a instituições que “há muitos anos” atuam no âmbito social. Recordando o “caso das misericórdias, em que é fácil encontrar instituições centenárias”, o líder dos social-democratas destacou que a Casa dos Pobres, nos seus 83 anos, tem “um histórico assinalável”. “Antecedeu muito, portanto, qualquer discussão sobre políticas previdenciais em Portugal”, reiterou.

Para Pedro Passos Coelho, “independentemente das responsabilidades que achamos que o Estado deve assumir para com os mais desfavorecidos, a sociedade civil já dispõe de respostas autónomas próprias com que o Estado deve cooperar e colaborar”.

Desigualdades: “Os políticos têm de fazer alguma coisa”

“Como é que podemos, politicamente, tratar a questão das desigualdades?”, interrogou o presidente do PSD. Lembrando Sá Carneiro, destacou que o objetivo social-democrata é “acabar com a pobreza”. Contudo, salientou que “independentemente das visões que se tenha, sobre o papel das políticas igualitárias ou daquelas que privilegiam a liberdade e, portanto, a dignidade de cada um, deveria existir um consenso mais alargado na sociedade portuguesa sobre as prioridades do combate



às desigualdades económicas que são geradoras de situações menos dignas”.

Pedro Passos Coelho alertou que há ainda “muitíssimo para fazer”. Assinalando que mesmo nos anos de “crise económica severa” “as desigualdades não aumen-

taram”, referiu que “isso não significa que Portugal não seja, na Europa, um dos países mais desiguais e onde essas disparidades se tornam mais chocantes”. Por isso, Passos Coelho insiste: “os políticos têm de fazer alguma coisa”.

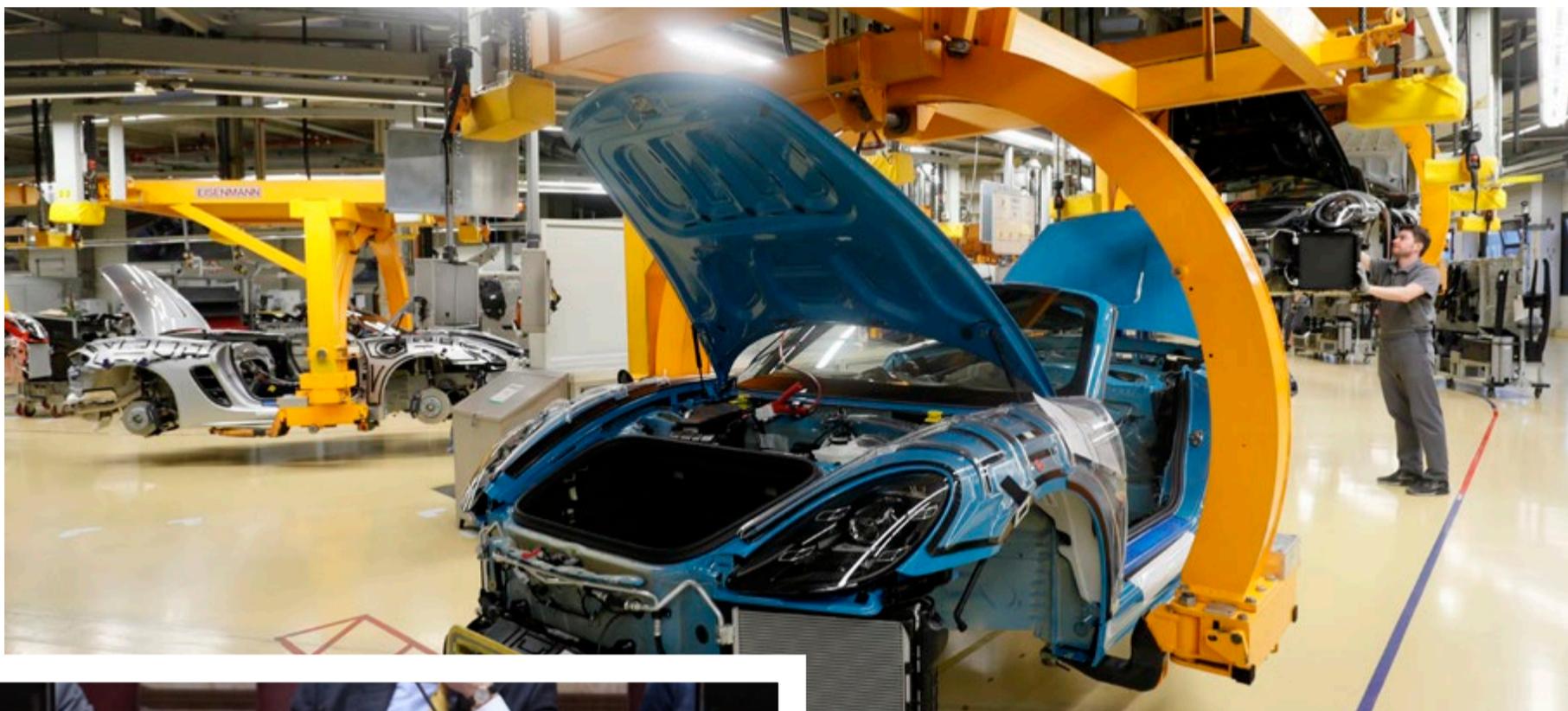


José Matos Rosa em Pombal

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, participou num almoço de Dia de Reis, promovido pelo PSD de Pombal, sábado, 06 de janeiro de 2018.



“Maioria das esquerdas” será responsável pelo futuro da Autoeuropa



Importa, segundo Maria Luís Albuquerque, “apostar no investimento privado, nos setores transacionáveis, na atração de recursos humanos qualificados, sejam eles portugueses ou estrangeiros”. A social-democrata disse, contudo, não acreditar que “o comportamento da maioria que suporta o governo do País conduza a esse resultado” e falou da Autoeuropa como um exemplo “suficientemente ilustrativo” do desânimo que investidores estão a encontrar em Portugal.

Ao lembrar que “a fábrica do grupo Volkswagen mudou a face do distrito de Setúbal, aumentou as exportações e deu origem a um ‘cluster’ de empresas inovadoras”, a deputada referiu-se ao “crescendo da conflitualidade laboral”, em especial à interferência politizada dos sindicatos afetos à CGTP” na empresa. “Naturalmente não questionamos o direito dos trabalhadores de negociarem as condições de trabalho, mas só a interferência politizada dos sindicatos afetos à CGTP pode explicar porque pela primeira vez em tantos anos não foi possível chegar a acordo sem que tenha havido greves”, afirmou.

A ex-ministra das Finanças sublinhou que a decisão da Volkswagen de produzir em Portugal o seu novo modelo “foi o resultado de um intenso esforço de negociação do anterior governo”, baseado na alta produtividade dos trabalhadores e na paz social na empresa. “A decisão da Volkswagen, de produzir em Portugal o seu novo modelo, foi o resultado de um intenso esforço de negociação do anterior governo e um sucesso da nossa diplomacia, mas como argumento determinante foi sempre realçado o clima de paz social e a correspondente elevada produtividade e qualidade dos trabalhadores”, explicou.

Maria Luís Albuquerque acrescentou que, se a Autoeuropa vier a ser preterida no futuro, o PSD não deixará de apontar responsabilidades: “à ação e à cumplicidade de outros, todos desta maioria das esquerdas que reclama para si os méritos do que corre bem e empurra para outros a responsabilidade do que corre mal”.

Maria Luís Albuquerque recordou, ainda, os “desafios imensos” que o País enfrenta. “A evolução demográfica é quase trágica, mas acaba-se com o quociente familiar que dava algum incentivo às famílias com filhos. A consolidação das contas públicas é frágil, mas as decisões desta maioria aumentam despesa permanente e rígida para o futuro”, criticou.

A vice-presidente do PSD referiu que “quando mais uma vez for preciso tomar decisões difíceis, impopulares, caberá a esta maioria explicar aos portugueses porque desperdiçou todas as oportunidades para nos preparar para o futuro”. Criticou uma maioria que insiste em atribuir culpas ao governo PSD/CDS-PP e a desculpar-se com a “conjuntura”, “mercados” ou “fenómenos”.

“Portugal exige um governo e uma maioria que assumam as suas responsabilidades por inteiro”, garantiu, assinalando que “o PSD sempre foi e sempre será um partido responsável, mas não assumirá o ónus das escolhas que não são suas, ou das consequências para as quais alertou”.

Portugal tem uma maioria que insiste em viver da conjuntura que herdou do governo anterior e não prepara o futuro do País. Maria Luís Albuquerque quer que, em 2018, o “Estado não falhe aos cidadãos”, mas lhes assegure serviços de qualidade. Tomando como exemplo o caso da Autoeuropa, alertou para a necessidade de apostar no investimento privado e deixou um alerta: o fim da paz social na Autoeuropa poderá levar a que a empresa seja preterida no futuro pela Volkswagen e essa responsabilidade será “desta maioria das esquerdas”.

“Queremos um Novo Ano em que o Estado não falhe aos cidadãos na proteção do valor supremo da vida humana, em que os alunos tenham comida em condições nas cantinas das escolas e em que o aquecimento possa ser ligado, em que os doentes não tenham de esperar horas sem fim nas urgências porque o Governo recusou a contratação de médicos e enfermeiros em número suficiente, em que os impostos que pagamos sirvam, de facto, para que o Estado nos preste serviços de qualidade e assegure a solidariedade a quem precisa”, afirmou Maria Luís Albuquerque, dia 4, na Assembleia da República.

A vice-presidente do PSD alertou para a necessidade de a maioria que governa o País respeitar “o parlamento e os Portugueses e não impeça o apuramento da verdade, como no triste caso da Caixa Geral de Depósitos (CGD)”. Alertou para a necessidade de se preparar o futuro, a fim de que Portugal “não viva eternamente embalado pela conjuntura”. “Sabemos que os fatores que têm assegurado as melhorias económicas não durarão para sempre: os efeitos das reformas estruturais levadas a cabo na anterior legislatura esgotar-se-ão se estas não forem aprofundadas. O apoio do BCE, que assegura que o custo da nossa dívida se mantém comportável e que tem estimulado o crescimento económico nos países nossos parceiros comerciais, aproxima-se do fim. O turismo continuará a ser um setor em fortalecimento, mas não queremos ser um país só de hotéis e restaurantes e de novos empregos com salário mínimo”, explicou.

Corte no aquecimento denuncia desinvestimento nas escolas



Há escolas que não podem ligar os sistemas de aquecimento por causa das “gravíssimas limitações financeiras” que atravessam. O PSD está preocupado com uma situação que afeta diversos estabelecimentos escolares, pondo em causa a qualidade do ensino público, nomeadamente o bem-estar e o desempenho de alunos, professores e funcionários.

O PSD considera que se está perante “uma situação urgente que exige uma solução rápida que não pode estar dependente do processo de autorização das propostas de orçamentos para 2018 e da discricionariedade pontual” do Ministério da Educação.

“Esta é mais uma notícia que, infelizmente, vem confirmar o que andamos a dizer há meses. E dizemo-lo há meses, porque estamos muito presentes no dia-a-dia das escolas e acompanhamos a sua realidade. O Governo tem praticado uma austeridade encapotada, mas que

agora a realidade começa a desmascarar”, denuncia Amadeu Albergaria.

As notícias veiculadas pelos jornais “mostram, mais uma vez, que as escolas e os alunos sofrem as consequências de uma política financeira de opacidade, de cortes encapotados e de desinvestimento nos serviços públicos”.

Amadeu Albergaria alerta que o Governo está em falta “no pagamento às escolas profissionais, no pagamento dos manuais escolares e nas transferências das verbas necessárias para as escolas pagarem despesas básicas, como a água, a luz ou o gás”.

“Todos denunciámos estas situações: pais, alunos, diretores, autarcas, mas o ministro da Educação diz que não existem atrasos. Sabemos bem que falta à verdade. É o ministro da Educação e a escolas já sabem que não

podem contar com ele”, critica Amadeu Albergaria.

De facto, o PSD tem denunciado “a escandalosa quebra de investimento público no Ensino Básico e Secundário que, em 2016, foi sujeito a um corte de 65,7% na execução face a 2015, e, em 2017, de acordo com o Relatório do Orçamento de Estado para 2018, apresenta uma estimativa de não execução face ao inicialmente orçamentado de quase 50%”.

As escolas enfrentam, desde 2016, cortes nos orçamentos, “nalguns casos, representaram 20%, a que se somaram, em 2017, cortes de cerca de 5%”. Por outro lado, assiste-se à não autorização por parte do Ministério das Finanças da utilização das parcas verbas transitadas oriundas dos orçamentos próprios e pelas cativações forçadas pelo ministro Mário Centeno.



As perguntas do PSD ao ministro da Educação

1. Reconhece o Ministério da Educação a existência de todos estes problemas?
2. O que está a ser feito para, de imediato, minorar estes problemas?
3. Porque não foram libertadas as verbas relativas a 2017?
4. Quando estarão validados os orçamentos para 2018 apresentados pelas escolas?
5. Que garantias dá o Ministério da Educação que o Orçamento aprovado para 2018 não será gerido pelo Ministro das Finanças a partir de agosto?



Governo discrimina concelhos afetados pelos incêndios

O PSD acusa o Governo e o Partido Socialista de discriminarem vários concelhos que foram afetados fortemente pelos incêndios do ano passado, ao rejeitarem a igualdade de tratamento nos apoios e benefícios para todos os concelhos atingidos.

O deputado social-democrata Duarte Marques refere que, apesar de o Governo ter aprovado na quinta-feira uma resolução que alarga aos concelhos que arderam a 15 e 16 de outubro as mesmas medidas aprovadas para os concelhos afetados pela tragédia de Pedrogão, os concelhos que arderam em julho, agosto e setembro continuam de fora. E acrescenta que é “inexplicável e inaceitável” que o PS tenha apresentado no Parlamento uma iniciativa que “discrimina vários dos concelhos que mais arderam, como Mação, Fundão, Gavião, Nisa, Vila de Rei, Ferreira do Zêzere, entre outros”.

Os social-democratas dão conta de que a Comissão de Agricultura da Assembleia da República recebeu, após aprovação em plenário, dois projetos de lei – um do PCP e outro do CDS – que visam equiparar as ajudas prestadas aos concelhos prejudicados pela tragédia de Pedrogão aos outros que também foram afetados nos incêndios de verão e outubro de 2017. Porém, sublinham, uma iniciativa do PSD sobre a mesma matéria foi chumbada pela esquerda parlamentar e, por isso, não baixou igualmente à Comissão.

Esta proposta do PSD foi apresentada agora como alteração aos projetos em debate, com o objetivo de “atribuir o mesmo de tipo de benefícios e apoios vdados aos concelhos que arderam em Pedrogão a todos os outros que arderam e que, face à gravidade dos prejuízos, foram incluídos no Fundo de Emergência Municipal.” Ou seja, realçam os sociais-democratas, “concelhos com muita área ardida, com muitos prejuízos e que carecem de apoios especiais para recuperar”.

O PSD insiste, assim, que os concelhos abrangidos pelo Fundo de Emergência Municipal e que são dos mais destruídos pelos fogos de 2017, como Mação, Oleiros, Fundão, Gavião, Nisa, Sardoal, Ferreira do Zêzere, Abrantes, Monção, entre outros, não podem ser discriminados e devem ter acesso às diferentes linhas de apoio e medidas de exceção existentes para outros concelhos já abrangidos.

Quanto à proposta de alteração apresentada pelo PS àqueles diplomas, Duarte Marques considera “inaceitável” que os socialistas excluam, por exemplo, Mação, o terceiro concelho com mais área ardida nos incêndios de verão do ano passado. Uma discriminação ‘à la carte’, que o PSD apelida de “lamentável e nada digna de um Partido que se diz preocupado com o interior de Portugal”.

PSD propõe medidas para proteger o rio Tejo



A mortandade de peixe e a poluição no rio Tejo levaram o PSD a apelar ao Governo para que adote medidas para proteger o rio. Os sociais-democratas solicitam, também, a revisão da Convenção de Albufeira, com Espanha, e exortam o Governo a pressionar o fecho da Central Nuclear de Almaraz.

“Apesar da relevância dada a este tão importante rio, e apesar de algumas melhorias registadas na qualidade da água do mesmo, nos últimos anos, continuam a subsistir, de forma recorrente, diversos fenómenos de poluição; alguns de impacto extremo, como sejam águas escuras, mau cheiro, manto de espuma e por vezes mortandade de peixes”, alertam os deputados do PSD.

O PSD recorda que o rio Tejo “desempenha um papel decisivo, em termos económicos, sociais e ambientais” para os dois países da Península Ibérica. Nesse sentido, o Governo deve “fazer mais e diferente” na questão da defesa dos interesses portugueses, seja na questão dos caudais seja no domínio ambiental, nomeadamente no que diz respeito à atividade da Central Nuclear de Almaraz, que “há muito ultrapassou o prazo de validade para a sua laboração”.

A 11.ª Comissão – do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder local e Habitação – elegeram a defesa, a preservação e a valorização do rio Tejo como tema central da sua atuação.

O projeto de resolução do PSD

Os deputados do PSD recomendam ao Governo as seguintes medidas:

1 - Aplique as medidas preconizadas no relatório de acompanhamento sobre a poluição no rio Tejo, já publicado há mais de um ano, e que ainda não viu a execução de medidas ali previstas essenciais para combater este flagelo;

2 - Aposte cada vez mais na prevenção e dissuasão destas práticas ilícitas;

3 - Reforce as dotações orçamentais dos diversos organismos, sob a tutela do ministério do ambiente, a fim de assegurar os meios necessários para o desempenho cabal da sua missão;

4 - Estimule o investimento, público e privado, acelerando os mecanismos de apoio previstos no 2020, de modo a concluir importantes investimentos em curso e outros em fase de aprovação, para completar as redes de tratamento de efluentes domésticos, e contribuir para a modernização de equipamentos industriais de molde a conciliar cada vez mais as atividades económicas com a preservação ambiental do rio Tejo;

5 - Invista em novas tecnologias de vigilância e monitorização permanente do rio Tejo;

6 - Monitorize, concertadamente com as autoridades espanholas, os fenómenos de poluição verificadas no rio Tejo quando entra em território nacional;

7 - Coloque na agenda de discussão bilateral a política de transvases levada a cabo por Espanha, sobretudo da transferência água da bacia hidrográfica do Tejo para outras bacias hidrográficas;

8 - Promova uma verdadeira revisão da convenção de Albufeira, no domínio dos caudais a assegurar por Espanha, introduzindo a obrigatoriedade de caudais diários;

9 - Assuma uma posição firme e resoluta, no sentido de tudo fazer para promover o encerramento da central nuclear de Almaraz, opondo-se à prorrogação do prazo para o seu funcionamento.



“PSD fará o seu trabalho” para melhorar o diploma do financiamento partidário

“Não vemos com nenhum motivo de especial preocupação este veto do Presidente da República”, afirmou Hugo Soares a propósito da lei do financiamento partidário. “O grupo parlamentar do PSD entende que não há pressa em tomar uma decisão em cima do veto”, comunicou, salientando que o partido “está num processo de eleição da nova liderança”, pelo que os social-democratas aguardarão por que “seja eleita uma nova Comissão Política Nacional” para analisar, novamente, o processo.

O líder parlamentar assinalou que “durante muitos anos o PSD, com toda a naturalidade, conviveu com a lei que se encontra em vigor”. Reforçou, assim, que “se a lei funcionou até aqui, poderá funcionar também nos meses que se seguirão até que haja, ou não, uma nova alteração”. Defendeu que caso não haja o “entendimento” necessário a alterações, o PSD “continuará a conviver, como sempre fez, com a legislação em vigor”.

“É público que a lei esteve um ano no parlamento a ser alterada”, lembrou Hugo Soares. “Foi objeto de um grupo de trabalho, foi apresentada na 1.ª Comissão [Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias] a 18 de outubro, foi discutida e votada em plenário”, explicou.

“O Presidente da República tem o direito de vetar, vetou”, referiu o presidente da bancada social-democrata, salientando que “não houve qualquer derrota dos partidos, porque em democracia as instituições funcionam com toda a naturalidade”. Reforçando que o Presidente da República “desta vez decidiu devolver o diploma à Assembleia da República”, transmitiu que o parlamento “fará o seu trabalho e o grupo parlamentar do PSD também”.

Devolver eficácia aos inquéritos parlamentares

As comissões parlamentares de inquérito são o instrumento mais poderoso da Assembleia da República no que diz respeito à fiscalização política ao Governo. Para evitar situações como aquelas que ocorreram com a Caixa Geral de Depósitos, o PSD defende a introdução de novos mecanismos jurídicos que permitam aumentar a eficácia dos inquéritos parlamentares.

Luís Marques Guedes, deputado do PSD, anunciou em concreto que “é preciso impedir que uma maioria conjuntural possa obstaculizar o normal curso de uma comissão parlamentar de inquérito, tal como aconteceu no início da presente legislatura”.

O ex-ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares referiu-se aos episódios que rodearam os processos de constituição das duas comissões de inquérito parlamentar ao banco público, cujo objeto mereceu dúvidas ao presidente da Assembleia da República, e motivou um recurso para análise da sua conformidade jurídica. “O País assistiu atónito a duas tentativas de a Assembleia da República fiscalizar a Caixa Geral de Depósitos sem inquirir absolutamente nada”, criticou o deputado.

O deputado apelou aos restantes grupos parlamentares para que sigam uma metodologia de trabalho semelhante à ocorrida no passado, para fazer com que “este instrumento jurídica de fiscalização não morra como infelizmente está a acontecer desde o início desta legislatura”.

O PSD, concluiu Luís Marques Guedes, tem a noção de duas coisas: “por um lado, as propostas apresentadas não cobrem a totalidade das obras necessárias a fazer neste regime jurídico; e por outro lado, um regime jurídico como este tem de obter o máximo consenso político como ocorreu há 12 anos”.



Fim da desinformação vai valorizar setor do leite nos Açores

O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, António Ventura, defende “o fim da desinformação em torno do setor do leite”, de forma “a aumentar a confiança dos consumidores em relação aos produtos láteos e até a aumentar o preço pago aos produtores do setor, nomeadamente nos Açores”.

O parlamentar social-democrata é um dos proponentes do projeto de resolução que recomenda ao Governo da República a criação de um Comité Científico Agroalimentar “capaz de produzir informação credível sobre a alimentação saudável”, uma vez que “o setor alimentar é muitas vezes confrontado com especulações, como acontece com a corrente que tem vindo a veicular que o leite não é benéfico para a saúde. E isso tem impactos nos Açores”, adianta.

António Ventura recorda que “a economia açoriana é baseada na produção de leite, pelo que a existência de um comité que juntasse a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Nutricionistas e as nossas Universidades, pode aumentar a confiança dos consumidores no leite e nos seus derivados”, afirma.

O projeto de resolução sobre a matéria resulta do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho do Leite que, após auscultações, visitas e pareceres, afirma, de forma clara, que “o leite faz bem à saúde”, expressão que o deputado reforça, dizendo que “têm de se evitar as falsas notícias, pois só assim vamos conseguir chegar a novos mercados e tornar o setor mais atrativo para os jovens”.

António Ventura refere ainda que a discussão tem de estar “ao nível nacional e até europeu”, até porque “o preço do leite em Portugal e nos Açores continua a estar na cauda do que é praticado na Europa”, considera.

O grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República defende a promoção de hábitos e opções alimentares saudáveis, com intervenções educativas junto dos mais jovens, ao nível da transparência da informação, ao nível fiscal e ao nível da investigação e ciência em alimentação e nutrição, entre outras ações.



Revisão da portaria que fixa remunerações inferiores ao salário mínimo para bombeiros tripulantes de ambulância



O grupo parlamentar do PSD/Açores propõe a revisão urgente da portaria que determina as condições de trabalho dos bombeiros voluntários que exercem funções de tripulante de ambulância na Região, para corrigir injustiças como o facto de a remuneração fixada ser inferior ao salário mínimo regional.

“Face à evolução do salário mínimo regional, as Tabelas de Retribuições Mínimas para os Tripulantes de Ambulância de Transporte e para os Tripulantes de Ambulância de Socorro contemplam remunerações base inferiores ao salário mínimo regional atualmente em vigor, o que contraria claramente a lei geral”, lê-se no requerimento dos social-democratas açorianos entregue ontem no parlamento açoriano.

A proposta do PSD/Açores foi apresentada depois de uma reunião de Carlos Ferreira e Luís Garcia, deputados do PSD/Açores, com o delegado da ilha do Faial do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, na Horta, na qual foram expressas as preocupações dos bombeiros açorianos.

Segundo Carlos Ferreira, a falta de revisão da portaria de Condições de Trabalho, que regulamenta a atividade laboral desenvolvida pelos tripulantes de Ambulância das associações de bombeiros da Região, demonstra não só a falta de atenção dos órgãos de governo próprio para com os seus bombeiros.

“A falta de revisão desta portaria acarreta também um custo financeiro para as associações de bombeiros dos Açores que, na qualidade de entidades empregadoras, estão a assumir o pagamento da diferença remuneratória entre os valores definidos na Portaria de Condições de Trabalho e os valores mínimos estabelecidos na lei geral”, salienta o parlamentar Carlos Ferreira.

Por esse motivo, é “urgente” a revisão da referida portaria, uma vez que os normativos que determinam a remuneração dos bombeiros não contemplam a atualização inerente à evolução do salário mínimo regional.

Carlos Ferreira afirma ainda que a portaria em causa assume “elevada importância para as 17 associações de bombeiros da Região que se constituem como entidades empregadoras”, sublinhando que em causa está também o objetivo de “consolidar a dignificação da missão e as condições de trabalho das mulheres e homens que têm o dever de a cumprir”.

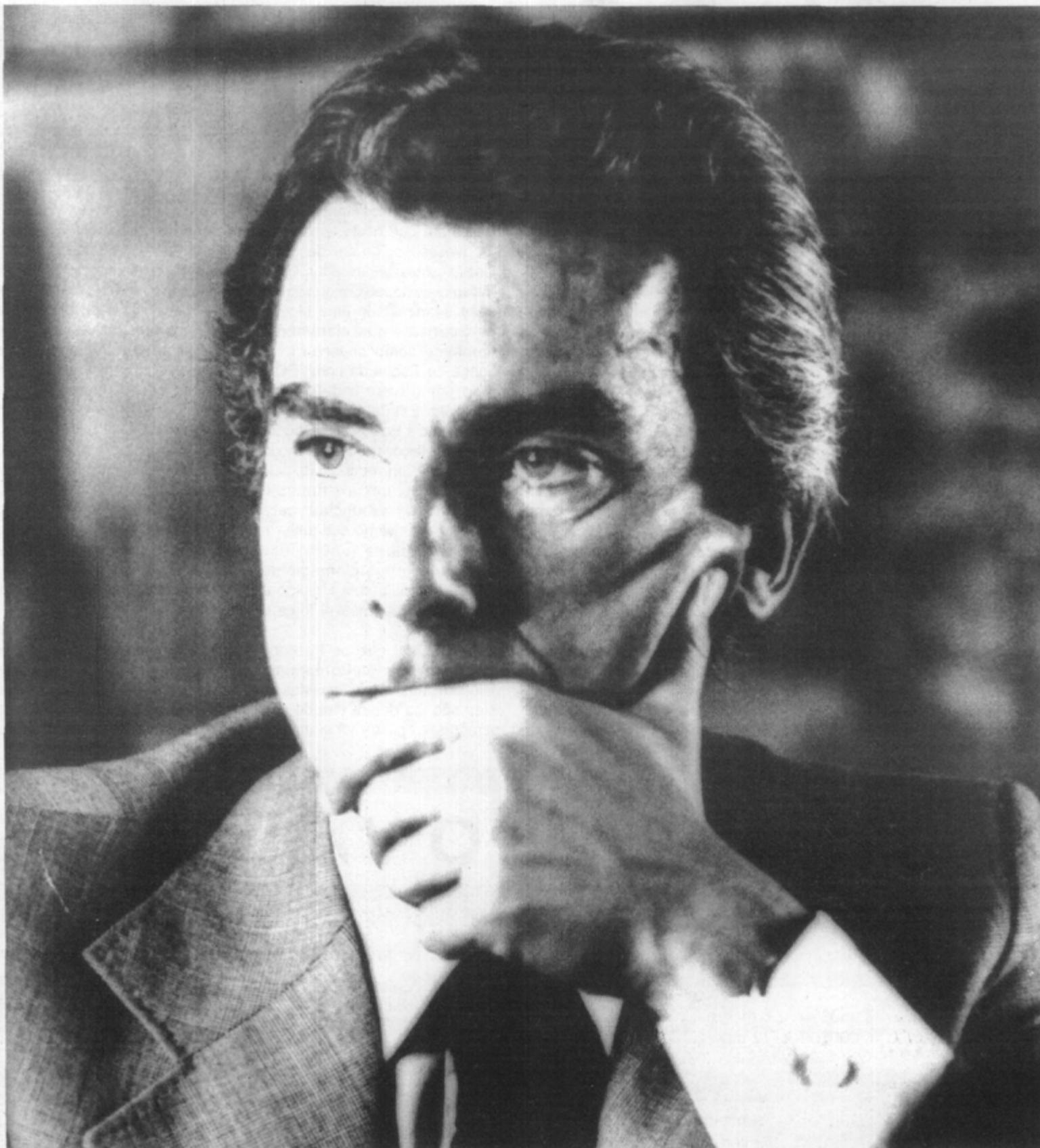
 PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA órgão oficial

n.º 1200 - 8 de Dezembro de 1999 - Preço 150\$00

POVO LIVRE

Director: Diogo Vasconcelos

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt



Sá Carneiro sempre

Edição n.º 1200 do "Povo Livre", de 8 de dezembro de 1999. Manchete: "Sá Carneiro sempre". Diogo Vasconcelos era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 20 de Janeiro de 2018 (sábado) pelas 17h30, na Quinta de Parada, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política local e nacional
- 2 - Aprovação das contas de 2017
- 3 - Outros assuntos de interesse

ALVAIAZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alvaiázere, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Janeiro de 2018 (sexta-feira) pelas 20h30, na sede, sita na Estrada Nossa Senhora dos Covões, nº 1, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e aprovação do plano de actividades e orçamento para 2018
- 2 - Análise dos resultados das eleições autárquicas
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Outros assuntos

CANIDELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Canidelo - Vila nova de Gaia, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Janeiro de 2018 (sexta-feira) pelas 21h30, na junta de Freguesia de Canidelo, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação da actividade politica desenvolvida pela Comissão Política
- 2- Apreciação da actuação da Comissão política do Núcleo
- 3 - Análise das eleições internas.
- 4 - Outros assuntos

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2018, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Tenente Valadim, 47 - E, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Discussão e aprovação do relatório de 2017
- 2 - Tomada de posse dos órgãos da Secção, Mesa da Assembleia e Comissão Política
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Diversos

MADALENA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo da Madalena - Vila Nova de Gaia, para reunir, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2018 (sábado) pelas 17h00, na Casa do Povo da Madalena, sita na Rua D. Amália de Lima, 124, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo da Madalena

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente a substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A sede estará aberta todos os dias das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Maia, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2018, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas da secção referentes ao ano de 2017
- 2 - Apresentação e aprovação do Orçamento da Secção para o ano de 2018
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Diversos

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira de Frades, para reunir no próximo dia 09 de Fevereiro de 2018, (sexta-feira) pelas 18h00, no Jardim Dr. José Dinis Vieira, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital de Viseu, sita na Rua do Inatel, Lote 55, Cave Esq, que se encontra aberta para o efeito das 21h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 21h00

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paços de Ferreira, para reunir no próximo dia 24 de Fevereiro de 2018, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita na Av. dos Templários, 309 Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

PENALVA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penalva do Castelo, para reunir no próximo dia 09 de Fevereiro de 2018, (sexta-feira) pelas 18h00, na Rua da Junta de Freguesia de Insua, sita na Rua do Lar - Penalva, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital de Viseu, sita na Rua do Inatel, Lote 55, Cave Esq, que se encontra aberta para o efeito das 21h00 às 24h00, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 21h00

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Janeiro de 2018,

(segunda-feira), pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Paranhos, sita na Rua Álvaro Castelões, 811, - Porto, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações do Presidente
- 2 - Orçamento 2018
- 3 - Proposta temática para o 37º Congresso do PSD

SANTA MARINHA / AFURADA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Santa Marinha e Afurada - Vila Nova de Gaia, para reunir, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2018 (sábado) pelas 17h00, na sede de Secção do PSD de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1323, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Santa Marinha e Afurada

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A sede estará aberta todos os dias das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santarém, para reunir, no próximo dia 22 de Janeiro de 2018 (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Análise e discussão da situação política actual

UISEU DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Janeiro de 2018, (sexta-feira), pelas 21h00, na Rua Eng.º Lino Moreira, Loja nº 9 - Edif. Vasco da Gama, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - 37º Congresso Nacional - Moção da Assembleia Distrital
- 4 - Outros assuntos



BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD da Batalha para reunirem no dia 10 de Fevereiro de 2018, às 17 horas, na Junta de Freguesia da Batalha, sita na Rua Infante D. Fernando nº 432 - Ap. 16. 2480-118 Batalha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17h e as 19h. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da Batalha ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio

da JSD de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 24 de Fevereiro, sábado, pelas 16 horas, na Sede da JSD de Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, nº1, 3º direito, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Torres Vedras.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, 21/02/2018, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 16-18h.

NÚCLEO RESIDENCIAL DA JSD MARTIM (BARCELOS)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Conce-

lhio da JSD de Martim para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2018, pelas 16h00, na Avenida de Martim, N°1871, 4755-313 Barcelos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD de Martim.

Notas:

O Ato Eleitoral decorrerá entre as 16 horas e as 17 horas;

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Concelhia de Barcelos, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD de Barcelos, sita na Av. Alcaides de Faria, 270, 1º Dto, 4750 - 106 Barcelos, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes

do Núcleo Ocidental do Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 23 de Fevereiro de 2018, pelas 21:00, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do Núcleo Ocidental do Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21H00m e as 23 horas.

PSD

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

- Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas
- Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas
- O dia-a-dia da atividade do PSD
- Noticiário semanal todas as sextas-feiras